

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

**Demonstrações Financeiras referente aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e relatório
dos auditores independentes.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“Motiva SPVias” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar a Motiva a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela Motiva, a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A Motiva SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A concessionária administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 97 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

A Companhia conta com 506 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

A Concessionária desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas da Motiva e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2025

Destaques financeiros

- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 148.393; e
- Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 18.216.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2025 foram constatadas 62 mortes, ou seja, uma redução de 42,6% no número de mortes.

As obras listadas abaixo foram entregues em 2025:

- **SP-255 – Rodovia João Mellão;**
- **SP-270 – Rodovia Raposo Tavares;**
- **SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão;**
- **SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes.**

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Rodrigo Fernandes Monteiro e o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Fausto Camilotti. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Gardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico <https://rodovias.motiva.com.br/spvias/>.

2.2 Gestão de pessoas

A Motiva embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia Motiva para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2025, a Academia Motiva atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a SPVias foram realizadas 3.739 horas de treinamento, com 69,04% de treinamentos na modalidade on-line, 4,76% na modalidade presencial e 26,19% na modalidade combinada (semipresencial).

Em 2025, a Academia Motiva registrou um investimento de R\$ 111 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade SPVias.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Desempenho

Em R\$ mil	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	1.271.637	1.219.702	4,26%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	1.235.825	1.072.919	15,18%
- Receita de Pedágio	1.166.365	1.067.082	9,30%
- Outras Receitas	69.460	5.837	1089,99%
Deduções da Receita Bruta	(101.673)	(94.207)	7,93%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	1.134.152	978.712	15,88%
(+) Receita de Construção	35.812	146.783	-75,60%
Custos e Despesas (a)	(741.181)	(783.137)	-5,36%
- Depreciação e Amortização	(243.974)	(194.197)	25,63%
- Serviços de Terceiros	(77.223)	(115.600)	-33,20%
- Custo da Outorga	(18.995)	(17.385)	9,26%
- Custo com Pessoal	(79.141)	(76.703)	3,18%
- Custo de Construção	(35.812)	(146.783)	-75,60%
- Provisão de Manutenção	(213.836)	(165.073)	29,54%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	-72.200	(67.396)	7,13%
EBIT ajustado	428.783	342.358	25,24%
Margem EBIT ajustada (b)	37,81%	34,98%	8,08%
EBIT (c)	428.783	342.358	25,24%
Margem EBIT	36,65%	30,42%	20,48%
(+) Depreciação e amortização	243.974	194.197	25,63%
EBITDA (b)	672.757	536.555	25,38%
Margem EBITDA	57,50%	47,67%	20,62%
(+) Provisão de manutenção (c)	213.836	165.073	29,54%
EBITDA ajustado	886.593	701.628	26,36%
Margem EBITDA ajustada (d)	78,17%	71,69%	9,04%
Resultado Financeiro Líquido	(123.451)	(101.115)	22,09%
Lucro Antes do IR & CS	305.332	241.243	26,57%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(137.214)	(68.634)	99,92%
Lucro antes da participação dos minoritários	168.118	172.609	-2,60%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	168.118	172.609	-2,60%
Endividamento bruto (e)	794.823	1.011.451	-21,42%
Investimentos (caixa)	132.167	161.718	-18,36%
Veículos equivalentes (em milhares)	75.562	72.970	3,60%

- (a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é

ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;

- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; e
- (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação).

3.1.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou em 2025 R\$ 1.166.365 (9,30% sobre 2024), foi um ano com cenário econômico positivo, com bom desempenho da indústria e do comércio, que influenciou positivamente o tráfego de veículos de passeio e comercial. Isso resultou em um aumento de +3,6% considerável de tráfego no ano. Além disso, o reajuste anual de tarifa amplifica o resultado de receita entre os dois anos.

3.1.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 5,36% em relação a 2024, perfazendo R\$ 741.181 no ano de 2025. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção totalizaram R\$ 35.812, representando uma redução de 76,60% em relação a 2024, principalmente devido à concentração da obra de Duplicação do Trecho Urbano de Itapeva em 2024;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 213.836 e apresentou um aumento de 29,54% em 2025 em relação a 2024. Esse crescimento decorre da realização de revisões nas soluções e nas estimativas de custos das manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção do pavimento, decorrente do Acordo Definitivo com o Estado, firmado em 31 de março de 2022, com vigência prevista até setembro de 2028, bem como do cumprimento das obrigações contratuais previstas no contrato de concessão e da aprovação dos projetos de intervenção junto ao poder concedente;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 243.974 no ano de 2025. O aumento de 25,63% é reflexo da transferência da obra de Itapeva para o definitivo, da adição de ativo intangível da extensão de prazo referente ao TAM 22/2025 que estendeu o prazo da Concessão em 73 dias e do recálculo da curva de amortização, impactado diretamente pela assinatura do TAM 23/2025 que estendeu o prazo de concessão em 322 dias (de 03/12/2029 para 21/10/2030);
- O custo de outorga atingiu R\$ 18.995. O aumento de 9,26% em relação a 2024, deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio, que é reflexo do crescimento do tráfego, além do

reajuste tarifário;

- O Custo dos serviços de terceiros totalizou em R\$ 77.223 em 2025, representando uma redução de 33,20% em relação a 2024, principalmente em Recuperação do Pavimento Flexível, em função da migração da verba de pavimento para provisão de manutenção, além de maiores gastos com consultorias jurídicas em 2024;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 79.141 no ano de 2025, registrando um aumento de 3,18% quando comparado com o ano de 2024. Esse aumento é reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio CSC, gastos com assistência médica, bem como seu reajuste contratual e sinistralidade apurada no período, além da capitalização de gastos com mão de obra em função da revisão de valores das obras; e
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 7,13% em relação ao ano de 2024 e atingiram R\$ 72.200 no ano de 2025. Esse aumento deve-se principalmente pelos maiores valores com campanhas e eventos devido a mudança do nome do grupo para Motiva.

3.1.3 Resultado financeiro

No ano de 2025, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 123.451 comparado a um resultado de R\$ 101.115 em 2024. O aumento de 22,1% ocorreu principalmente pela menor capitalização de juros devido a transferência dos investimentos para o definitivo, pelo maior AVP decorrente ao maior saldo de provisão para manutenção, o qual foi compensado parcialmente com as menores taxas apresentadas na liquidação da 12ª emissão em relação à 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures.

3.1.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 168.118, refletindo uma redução de 2,60% quando comparado ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo menor resultado financeiro.

3.1.5 Endividamento

No ano de 2025 a dívida bruta alcançou R\$ 794.823 em comparação a R\$ 1.011.451 em 2024, especialmente devido ao pré-pagamento da 12ª emissão em ago/25.

3.1.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 132.167 em 2025, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destaca-se:

SP-255 – Rodovia João Mellão

- Sinalização Horizontal + Tachas - km 254+280 ao km 261+420 em Avaré;

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Recuperação de Drenagem do km 164;

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Duplicação Capão Bonito - Itararé;
- Duplicação Trecho Urbano de Itapeva;

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Adequação Galpão da Sede km 112+400.

4. Sustentabilidade

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável.

Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de

90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes – Completo.

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

4.1 Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com Impacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável.

Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

4.2 Instituto Motiva

O Instituto Motiva é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social da Motiva. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas.

Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 82 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R\$ 1 bilhão.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro.

Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO.

Saiba mais em <https://www.motiva.com.br/instituto/>

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

A Rodovia Raposo Tavares (SP-270), que possui trecho administrado pela SPVias, empresa da Motiva, entre Araçoiaba da Serra e Itapetininga, está entre as dez melhores rodovias do país segundo o Ranking Nacional da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes, divulgado em dezembro. Em 2025, o trecho da SP-270 avaliado, entre São Paulo e Itapetininga, obteve a nona colocação no Ranking.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem

levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere

Contador CRC 1SP230426/O-9

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		235.042	202.078
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.058	87.232
Aplicações financeiras	6	105.085	25.291
Contas a receber	7.1	92.378	80.797
Contas a receber de partes relacionadas	9	54	1
Tributos a recuperar		1.834	5.237
Despesas antecipadas e outros créditos		4.633	3.520
Não circulante		1.590.293	1.615.443
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		138	484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	136.557	95.107
Depósitos judiciais e outros créditos		239.732	194.829
Imobilizado	10	91.115	82.181
Intangível	11	1.105.969	971.069
Infraestrutura em construção	11	15.957	270.967
Direito de uso em arrendamento		825	806
Total do Ativo		1.825.335	1.817.521
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		531.317	269.945
Debêntures	12	112.802	110.336
Fornecedores		30.485	50.245
Imposto de renda e contribuição social		42.471	29.604
Impostos e contribuições a recolher		15.965	13.041
ISS a recolher		5.932	6.244
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		8.097	8.982
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	4.155	3.544
Provisão de manutenção	14	307.433	45.287
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	1.739	1.500
Passivo de arrendamento		741	401
Outras obrigações		1.497	761
Não circulante		992.525	1.290.322
Debêntures	12	682.021	901.115
Pis e Cofins diferidos		3.207	2.194
Fornecedores		5.817	6.406
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	5.419	5.156
Provisão de manutenção	14	295.908	374.988
Passivo de arrendamento		153	463
Patrimônio Líquido	15	301.493	257.254
Capital social		205.225	205.225
Adiantamento para futuro aumento de capital		42.771	-
Reservas de capital		-	39
Reservas de lucros		53.497	51.990
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.825.335	1.817.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	16	1.169.964	1.125.495
Custos dos serviços prestados		(657.321)	(705.184)
Custo de construção		(35.812)	(146.783)
Serviços		(75.255)	(110.984)
Depreciação e amortização		(239.611)	(192.184)
Custo com pessoal		(45.223)	(46.069)
Provisão de manutenção	14	(213.836)	(165.073)
Custo da outorga		(18.995)	(17.385)
Materiais, equipamentos e veículos		(16.208)	(15.932)
Outros		(12.381)	(10.774)
Lucro bruto		512.643	420.311
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(83.860)	(77.953)
Despesas com pessoal		(33.918)	(30.634)
Serviços		(20.365)	(24.097)
Depreciação e amortização		(4.363)	(2.013)
Materiais, equipamentos e veículos		(967)	(1.021)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(7.232)	(6.606)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(4.556)	(3.452)
Indenizações		(3.715)	(2.471)
Taxa de administração		(1.027)	(1.429)
Água, luz, telefone, internet e gás		(583)	(629)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(669)	(482)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(86)	(104)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações		18	(60)
Reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	(263)	509
Outras despesas operacionais		(6.134)	(5.464)
Resultado antes do resultado financeiro		428.783	342.358
Resultado financeiro	17	(123.451)	(101.115)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		305.332	241.243
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(137.214)	(68.634)
Lucro líquido do exercício		168.118	172.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do período	168.118	172.609
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	168.118	172.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

				Reserva de capital	Reserva de lucros			
				Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	Nota	Capital social	AFAC	55	41.045	43.180	-	289.505
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	172.609	172.609
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	-	(16)	-	-	-	(16)
Distribuição de dividendos adicionais em 29 de abril de 2024		-	-	-	-	(43.180)	-	(43.180)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.902)	(3.902)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(689)	(689)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.303)	(4.303)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(759)	(759)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.887)	(4.887)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(862)	(862)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(2.686)	(2.686)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(474)	(474)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(450)	(450)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de Novembro de 2024		-	-	-	-	-	(140.102)	(140.102)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	10.945	(10.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		205.225	-	39	41.045	10.945	(0)	257.254
Saldos em 1º de janeiro de 2025		205.225	-	39	41.045	10.945	-	257.254
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	(39)	-	-	-	(39)
Distribuição de dividendos adicionais em 24 de março de 2025	15.5	-	-	-	-	(10.945)	-	(10.945)
Adiantamento para futuro aumento de capital em 08 de setembro de 2025	15.6	-	42.771	-	-	-	-	42.771
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	168.118	168.118
Juros sobre capital próprio em 25 de abril de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.206)	(4.206)
Juros sobre capital próprio em 25 de abril de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(742)	(742)
Juros sobre capital próprio em 25 de junho de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(5.147)	(5.147)
Juros sobre capital próprio em 25 de junho de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(908)	(908)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(6.132)	(6.132)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(1.082)	(1.082)
Distribuição de dividendos intermediários em 18 de novembro de 2025	15.5	-	-	-	-	-	(137.449)	(137.449)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	12.452	(12.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		205.225	42.771	-	41.045	12.452	-	301.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do período		168.118	172.609
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(41.450)	(55.727)
Depreciação e amortização	10 e 11	243.479	193.653
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		495	544
Baixa do ativo imobilizado	10	670	331
Capitalização de custo dos empréstimos	10 e 11	(12.916)	(30.225)
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	131.369	130.553
Constituição da provisão de manutenção	14	213.836	165.073
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14	44.228	25.937
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(18)	60
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	4.377	6.065
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	2	-
Receita de reequilíbrio - extensão prazo de concessão		(63.296)	-
Rendimento de aplicação financeira		(8.171)	(2.461)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	17	80	95
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		(39)	(16)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(11.563)	(13.253)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(53)	7.160
Tributos a recuperar		3.749	(3.367)
Adiantamentos a fornecedor		-	885
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos		(46.016)	(36.578)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(20.351)	16.081
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	611	(139)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		(885)	703
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		216.386	123.902
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(160.869)	(126.003)
Obrigações com o Poder Concedente		239	6
Realização da provisão de manutenção	14	(74.998)	(1.124)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	(4.114)	(6.574)
Pis e Cofins diferidos		1.013	671
Outras obrigações		736	(279)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		584.649	568.582
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(16.678)	(17.483)
Aquisição ao ativo intangível	11	(40.491)	(143.111)
Outros de ativo intangível		408	2.143
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(71.794)	(17.851)
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	6	171	5
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(128.384)	(176.297)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	20.1	(78)	871.885
Pagamento de principal	20.1	(221.000)	(934.000)
Pagamento de juros	20.1	(126.919)	(162.372)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	20.1	(564)	(596)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.1	(163.878)	(205.788)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(512.439)	(430.871)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		(56.174)	(38.586)
No início do exercício		87.232	125.818
No final do exercício		31.058	87.232
		(56.174)	(38.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 21 de outubro de 2030, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 11 de fevereiro de 2000. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretratável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos e manutenções programadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 21/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o dia 21 de setembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000.

O referido Termo Aditivo e Modificativo tem como objeto a inclusão da Obra de Prolongamento da Duplicação do Trecho Urbano do Município de Itapeva, entre os km 280+850 ao Km 282+700 e Km 284+700 ao Km 287+904, e Implantação de Dispositivo no Km 288+000, todos da Rodovia SP-258 Francisco Alves Negrão.

Em 2023, houve recuperação de tráfego, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 01/10/2023.

Conforme publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo “DOESP” de 23/06/2025 o Poder Concedente MANTÉM o acréscimo de R\$ 0,20 nas tarifas de pedágio a partir de 01/07/2025, como medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato nº010/CR/00 (deliberações proferidas nas 165ª e 183ª Reuniões Extraordinárias do Conselho Diretor da ARTESP), e autoriza no âmbito da deliberação proferida na 1152ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP a APLICAÇÃO de novo acréscimo de R\$ 0,10 (dez centavos) nas tarifas de pedágio por praça de pedágio.

Diante do acima exposto, em 23/06/2025 o Poder Concedente publica em DOESP as tarifas a serem praticadas a partir de 01/07/2025, considerando o reajuste tarifário contratual de 5,31% (IPCA) além do reajuste adicional de R\$ 0,30.

Em 04 de julho de 2025 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 22/2025 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o 03 de dezembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão das obras de Implantação de Faixa de Segurança (Refúgio) entre o km 166+100 e o km 168+800 da Rodovia SP-270, realizadas durante o período de 25/04/2001 e 30/11/2002, em face da decisão judicial proferida nos autos do processo TJSP n. 0025894-76.2024.8.26.0053.

Em 13 de novembro de 2025 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 23/2025 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o dia 21 de outubro de 2030 do Contrato de Concessão 010/CR/2000.

O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão de 06 (seis) obras, sendo elas:

ORD.	ASSUNTO	Nº PROCESSO / PROTOCOLO
1	01.02.01.02.01.09 - SP 258 - Prolongamento da Duplicação de Itararé km 338 a 339	134.00027022/2023-51
2	01.03.02 - SP 255 - Implantação de dispositivo em desnível km 260+480	134.00027020/2023-61
3	02.04.01.19 - Remodelação Trevo km 110 na SP 127	134.00013019/2023-50
4	02.04.01.18 - Implantação de Dispositivo na SP 127 km 113	134.00015017/2023-03
5	02.04.01.20 - Implantação de Dispositivo na SP 127 km 115	134.00015017/2023-03
6	02.04.04.05 - Implantação de Dispositivo km 292 da SP 280	021.00000700/2023-04

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termos Aditivos n.os 22 e 23 - SPVias

Em 4 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 22 ao contrato de concessão da Companhia, formalizando a incorporação de investimentos já realizados ao escopo contratual e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 73 dias, permitindo o reconhecimento da Receita de Reequilíbrio no montante de R\$ 63.296, com a contrapartida no Ativo Intangível.

Em 13 de novembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 23 ao contrato de concessão da Companhia, formalizando a incorporação de investimentos adicionais não contemplados no contrato original e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 322 dias.

1.1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.



Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; e iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 13.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 14. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
- 18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.



Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de

caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de desconto e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para

vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser

disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para

construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em função do contrato de concessão ser executório, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15 Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.17. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza; e



- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

3.18. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12, e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 18.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures (a)	205.690	329.103	292.412	205.938
Fornecedores e outras obrigações	31.982	5.817	-	-
Fornecedores de partes relacionadas	4.155	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.739	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 296.275, substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, conforme mencionado nas notas explicativas n.º 12 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	2.148	4.319
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	28.910	82.913
Total	31.058	87.232

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	105.085	25.291
Aplicações financeiras (a)	105.085	25.120
Conta reserva (b)	-	171
Total	105.085	25.291

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,39% do CDI, equivalente a 14,37% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,31% do CDI, equivalente a 10,80% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
 (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 12).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	92.378	80.797
Contas a receber das operações (a)	92.546	80.983
Provisão para perda esperada (b)	(168)	(186)
Total	92.378	80.797

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referente aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	92.372	80.786
Créditos vencidos até 60 dias	4	7
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	7	45
Créditos vencidos há mais de 180 dias	161	141
Total	92.546	80.983

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	305.332	241.243
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(103.813)	(82.023)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.709)	(1.345)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(182)	(108)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	5.027	4.419
Juros sobre capital próprio	6.194	7.331
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	14	296
Outros ajustes tributários	(42.745)	2.796
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(137.214)	(68.634)
Impostos correntes	(178.664)	(124.361)
Impostos diferidos	41.450	55.727
Alíquota efetiva de impostos	44,94%	28,45%

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	215.292	150.922
Provisão de manutenção	205.136	142.893
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.823	2.837
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	3.710	2.654
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.842	1.753
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	71	77
Provisão para Fornecedores	261	-
Variação cambial	1	-
Arrendamento	25	21
Programa de gratificação longo prazo	1.423	687
Compensação de imposto ativo	(78.735)	(55.815)
Impostos ativos após compensação	136.557	95.107
Passivo	(78.735)	(55.815)
Capitalização de juros	(26.443)	(26.870)
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(22.355)	(15.293)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(7.143)	(8.920)
Reequilíbrio Econômico Financeiro	(19.308)	-
Ajuste a valor presente sobre outorga variável	(1.613)	(1.613)
Custo de transação de debêntures	(646)	(1.538)
Amortização de ágio	(1.227)	(1.581)
Compensação de imposto passivo	78.735	55.815
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	136.557	95.107

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	95.107	39.380
Reconhecimento no resultado	41.450	55.727
Saldos em 31 de dezembro	136.557	95.107

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024,



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	32	1.408	1.440	1	2.712	2.713
Bancos conta movimento	-	1.109	1.109	-	2.500	2.500
Contas a receber	32	22	54	1	-	1
Outros créditos	-	277	277	-	212	212
Passivo	3.999	156	4.155	3.452	92	3.544
Fornecedores e contas a pagar	3.999	156	4.155	3.452	92	3.544

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas com benefício da previdência privada de colaboradores	-	(98)	(98)	-	(48)	(48)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(1)	(1)	-	-	-
Custos / despesas de serviços prestados - serviços especializados	-	(179)	(179)	-	(235)	(235)
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	(169)	(169)
Custos / despesas de serviços prestados - benefício a colaboradores	-	(6.325)	(6.325)	-	(6.348)	(6.348)
Custos / despesas - doações	-	(2.452)	(2.452)	-	(2.310)	(2.310)
Custos / despesas - seguros	-	(371)	(371)	-	-	-
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	(176)	(176)
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(59)	(59)	-	(86)	(86)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	-	-	1.416	1.416
Repasso de custos e despesas - Motiva CSC	(48.502)	-	(48.502)	(45.745)	-	(45.745)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(5)	(130)	(135)	(7)	123	116
Repasso de custos e despesas - rodovias	-	(942)	(942)	-	(1.033)	(1.033)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	45	45	-	-	-

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2025	2024
Remuneração (a)	-	(44)
Outros benefícios:		
Incentivo de longo prazo	-	(36)
Reversão de provisão de PPR do ano anterior	-	(8)

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária); e

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 7.382, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

Na AGO realizada em 24 de março de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.021	7.359	4.768	20	126	9.912	23.206	45.684	68.890
Adições	-	-	-	-	-	-	-	22.710	22.710
Baixas	(9)	(79)	-	-	-	(243)	(331)	-	(331)
Transferências	225	10.805	7.004	-	-	608	18.642	(18.642)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	14	14	-	14
Depreciação	(250)	(3.750)	(2.650)	(8)	-	(2.444)	(9.102)	-	(9.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	987	14.335	9.122	12	126	7.847	32.429	49.752	82.181
Custo	3.579	32.994	22.817	606	126	36.107	96.229	49.752	145.981
Depreciação acumulada	(2.592)	(18.659)	(13.695)	(594)	-	(28.260)	(63.800)	-	(63.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	987	14.335	9.122	12	126	7.847	32.429	49.752	82.181
Adições	-	-	-	-	-	-	-	20.570	20.570
Baixas	(3)	(660)	-	-	-	(7)	(670)	-	(670)
Transferências	206	18.530	-	-	-	11.380	30.116	(30.116)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	1.357	1.357	-	1.357
Depreciação	(249)	(5.383)	(3.147)	(7)	-	(3.537)	(12.323)	-	(12.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	941	26.822	5.975	5	126	17.040	50.909	40.206	91.115
Custo	3.761	49.613	22.148	606	126	48.848	125.102	40.206	165.308
Depreciação acumulada	(2.820)	(22.791)	(16.173)	(601)	-	(31.808)	(74.193)	-	(74.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	941	26.822	5.975	5	126	17.040	50.909	40.206	91.115
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2025	15	20	24	7		17			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.892 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.227 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 14,08 % a.a. e 11,40% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível						
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizado	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	674.907	3.385	411.624	3.796	1.093.712	166.923	1.260.635
Adições	-	-	-	2.915	2.915	165.194	168.109
Transferências	61.148	222	-	(221)	61.149	(61.149)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(14)	(14)	-	(14)
Amortização	(116.716)	(967)	(66.868)	-	(184.551)	-	(184.551)
Outros	(2.142)	-	-	-	(2.142)	(1)	(2.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	617.197	2.640	344.756	6.476	971.069	270.967	1.242.036
Custo	1.626.514	15.660	1.138.254	6.476	2.786.904	270.967	3.057.871
Amortização acumulada	(1.009.317)	(13.020)	(793.498)	-	(1.815.835)	-	(1.815.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	617.197	2.640	344.756	6.476	971.069	270.967	1.242.036
Adições	-	-	-	2.406	2.406	47.109	49.515
Transferências	302.124	3.526	-	(3.531)	302.119	(302.119)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(1.357)	(1.357)	-	(1.357)
Amortização	(164.087)	(1.311)	(65.758)	-	(231.156)	-	(231.156)
Outros	62.888	-	-	-	62.888	-	62.888
Saldo em 31 de dezembro de 2025	818.122	4.855	278.998	3.994	1.105.969	15.957	1.121.926
Custo	1.991.526	19.020	1.138.254	3.994	3.152.794	15.957	3.168.751
Amortização acumulada	(1.173.404)	(14.165)	(859.256)	-	(2.046.825)	-	(2.046.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	818.122	4.855	278.998	3.994	1.105.969	15.957	1.121.926
Taxa média anual de amortização %							
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	21	(a)				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 9.024 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 24.998 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 14,08% a.a. e 11,40% a.a., respectivamente.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, à obra detalhada a seguir:

Total	15.296
Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	15.019
Melhoria na infraestrutura da sede	277

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
12ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março de 2028	2.575	-	-	127.879 (b)
13ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,5477% (a)	Março de 2028	1.022	531	245.331	242.321 (b)
14ª Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,6142% (a)	Maio de 2029	2.171	1.370	549.492	641.251 (b)
Total				1.901	1.901	794.823	1.011.451

	2025	2024
Circulante	112.802	110.336
Debêntures	113.725	111.975
Custos de transação	(923)	(1.639)
Não circulante	682.021	901.115
Debêntures	682.999	903.999
Custos de transação	(978)	(2.884)
Total	794.823	1.011.451

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis; e

Garantias:

(b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolso (não circulante)	2025
2027	245.500
2028	245.500
2029	191.999
(-) Custos de transação	(978)
Total	682.021

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixem de pagar valores devidos em outros contratos por elas firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

13. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

13.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.820	3.336	-	5.156
Constituição	3.151	2.025	9	5.185
Reversão	(252)	(1.371)	-	(1.623)
Pagamentos	(2.343)	(1.762)	(9)	(4.114)
Atualização de bases processuais e monetária	308	507	-	815
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.684	2.735	-	5.419

13.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	1.180	1.665
Trabalhistas e previdenciárias	2.167	3.772
Tributárias (a) (b) (c)	1.059.106	1.437.814
Total	1.062.453	1.443.251

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

(a) R\$ 451.061 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024) por supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017, houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 215.750 (R\$ 202.255 em 31 de dezembro de 2024), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objetos de depósito judicial, no valor total de R\$ 235.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;

(b) R\$ 235.298 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 181.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024). Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 25 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 10 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação;

(c) R\$ 368.099 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 26 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 1º de abril de 2025, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação.

14. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	45.287	374.988	420.275
Constituição	103.262	110.574	213.836
Ajuste a valor presente	4.809	39.419	44.228
Transferência	229.073	(229.073)	-
Realização	(74.998)	-	(74.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	307.433	295.908	603.341

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

15.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

15.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76.

15.4. Juros sobre capital próprio

Em 26 de março de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, no montante bruto de R\$ 4.948, correspondente a R\$ 0,02410846179 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.206, pagos em 25 de abril de 2025.

Em 25 de junho de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2025, no montante bruto

de R\$ 6.055, correspondente a R\$ 0,029506854680 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 5.147, a serem pagos conforme vier a ser deliberado.

Em 23 de setembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2025, no montante bruto de R\$ 7.214, correspondente a R\$ 0,03515047356 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 6.132, a serem pagos conforme vier a ser deliberado.

15.5. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/76).

Em 24 de março de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 10.945, destinado inicialmente como reserva de retenção de lucros, pagos integralmente em 25 de abril de 2025.

Em 18 de novembro de 2025, foi aprovado foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia, no montante bruto de R\$ 137.449, relativo aos lucros apurados de janeiro a setembro de 2025. O pagamento foi realizado em 28 de novembro de 2025.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	168.118
Lucro líquido ajustado	168.118
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	42.030
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(152.934)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(152.934)

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

15.6. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 08 de setembro de 2025, foi firmado o contrato de adiantamento para futuro aumento de capital social, no montante de R\$ 42.771, o qual foi integralmente convertido em capital social em 26 de janeiro de 2026.

16. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	1.271.637	1.219.702
Receitas de pedágio	1.166.365	1.067.082
Receitas de construção	35.812	146.783
Receitas acessórias	6.164	5.837
Receita de reequilíbrio	63.296	-
Deduções das receitas brutas	(101.673)	(94.207)
Impostos sobre receitas	(101.144)	(92.543)
Abatimentos	(529)	(1.664)
Receita operacional líquida	1.169.964	1.125.495

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(164.788)	(132.367)
Juros sobre debêntures	(131.369)	(130.553)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(44.228)	(25.937)
Capitalização de custos dos empréstimos	12.916	30.225
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	(80)	(95)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.025)	(6.007)
Receitas financeiras	41.337	31.252
Atualização monetária	(62)	(34)
Rendimento sobre aplicações financeiras	19.424	15.291
Juros e outras receitas financeiras	21.975	15.995
Resultado financeiro líquido	(123.451)	(101.115)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativo	Nível	228.575	193.321
Valor justo através do resultado		136.143	112.523
Caixa e bancos	Nível 2	2.148	4.319
Aplicações financeiras	Nível 2	133.995	108.033
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	171
Custo amortizado		92.432	80.798
Contas a receber das operações		92.378	80.797
Contas a receber de partes relacionadas		54	1
Passivo		(838.516)	(1.073.907)
Custo amortizado		(838.516)	(1.073.907)
Debêntures (a)		(794.823)	(1.011.451)
Fornecedores e outras obrigações		(37.799)	(57.412)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(4.155)	(3.544)
Obrigações com Poder Concedente		(1.739)	(1.500)
Total		(609.941)	(880.586)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	796.724	797.977	1.015.974	1.034.520

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas

utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(796.724)	(123.756)	(153.237)	(182.706)
Efeito sobre debêntures		(123.756)	(153.237)	(182.706)
CDI	134.215	19.765	24.702	29.637
Efeito sobre as aplicações financeiras		19.765	24.702	29.637
Total do efeito líquido de perdas		(103.991)	(128.535)	(153.069)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,90%	18,63%	22,35%
--------------------	--------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados a contrato de concessão

19.1. Compromisso com o Poder Concedente – Outorga variável

			Valor pago no período		Circulante	
			2025	2024	Valor a pagar	
	%	Base			2025	2024
Outorga variável	1,5	Receita bruta	18.756	17.381	1.739	1.500
Total			18.756	17.381	1.739	1.500

19.2. Compromissos relativos às concessões

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contempla investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	1.571.829	1.134.742

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

20. Demonstração do fluxo de caixa

20.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	42.771	-
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	42.771	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(42.771)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(42.771)	-

20.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.011.451)	-	(864)	(1.012.315)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	347.997	163.878	564	512.439
Captações (líquidas dos custos de transação)	78	-	-	78
Pagamentos de principal e juros	347.919	-	564	348.483
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	163.878	-	163.878
Outras variações que não afetam caixa	(131.369)	(163.878)	(594)	(295.841)
Despesas com juros	(131.369)	-	-	(131.369)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(163.878)	-	(163.878)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	-	-	(80)	(80)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	(514)	(514)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(794.823)	-	(894)	(795.717)

21. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2026, houve a homologação do aumento do capital social da Companhia em R\$ 42.771, mediante adiantamento para futuro aumento de capital feito anteriormente, com a emissão de 42.771.353 ações, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 26 de janeiro de 2026. Diante do fato ocorrido, o capital social da Companhia passa de R\$ 205.225 para R\$ 247.996, composto por 247.996.416 ações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Membro efetivo (Presidente)
Josiane Carvalho de Almeida	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Rodrigo Fernandes Monteiro	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor Administrativo Financeiro
Fausto Camilotti	Diretor de Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0